

Teste de Recuperabilidade (Impairment Test)

O teste de recuperabilidade, ou impairment test, busca verificar se o valor contábil de um ativo é recuperável com base nos benefícios econômicos futuros que ele pode gerar. A essência desse teste está em assegurar que os ativos não estão superavaliados na contabilidade. Em outras palavras, é uma análise contábil que verifica se o valor contábil de um ativo (ou grupo de ativos) é maior do que seu valor recuperável, ou seja, o maior valor que pode ser obtido com a venda ou uso desse ativo. A aplicação do teste é necessária para assegurar que os ativos não estão superavaliados nos balanços das empresas, em conformidade com as normas contábeis, como o CPC 01, e para refletir adequadamente a realidade econômica nos demonstrativos financeiros. Assim, o teste de impairment é crucial para (i) garantir a transparência e confiabilidade das demonstrações financeiras, protegendo os interesses de investidores, credores e outros stakeholders.

O teste de impairment é normalmente realizado anualmente, mas deve ser feito sempre que houver indícios de desvalorização de qualquer ativo, como mudanças econômicas, tecnológicas ou operacionais que possam afetar sua capacidade de gerar benefícios econômicos.

O **Valor recuperável** é o **maior** valor entre:

- Valor em uso: Representa o valor presente dos fluxos de caixa futuros que o ativo deve gerar.
- Valor justo líquido de despesas de venda: É o preço de mercado do ativo menos os custos necessários para vendê-lo.

Desse modo, se o valor contábil for maior que o valor recuperável, a **diferença** entre esses valores é registrada como uma perda no resultado do período. O valor em uso para o teste de recuperabilidade é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC). Ele representa a capacidade econômica do ativo de gerar benefícios econômicos futuros para a entidade ao longo de sua vida útil remanescente. Abaixo estão os passos para o cálculo:

1. Estimativa dos fluxos de caixa futuros

Projeção de fluxos de caixa líquidos: Os fluxos de caixa projetados devem ser aqueles que a empresa espera gerar com o uso contínuo do ativo. Incluem receitas previstas e despesas associadas ao uso do ativo. Não incluem despesas financeiras ou impostos sobre o lucro. O período de projeção deve refletir a vida útil remanescente do ativo. Para ativos com vida útil indefinida ou unidades geradoras de caixa, usa-se um período finito de projeção (geralmente 5 a 10 anos) mais um valor residual ou perpetuidade.

2. Taxa de desconto

A taxa de desconto deve refletir o custo de capital da entidade, ajustado ao risco do ativo ou da unidade geradora de caixa. Normalmente, utiliza-se o CMPC (Custo Médio Ponderado do Capital) ajustado ao risco do ativo. Deve estar expressa na mesma base dos fluxos de caixa projetados (real ou nominal).

A empresa pode realizar a reversão da perda por impairment se houver uma mudança significativa nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do ativo, indicando que ele agora é maior do que o valor contábil ajustado após o reconhecimento da perda. A reversão é limitada ao valor contábil que o ativo teria caso nenhuma perda por impairment tivesse sido registrada anteriormente. Em outras palavras, a reversão não pode levar o ativo a um valor superior ao seu valor contábil original ajustado pela depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

Luiz Guilherme Aboim

Economista e professor convidado do Coppead/UFRJ, FGV e Faculdade HUB

Sócio fundador da ConfianceTec

Sócio fundador da Escola de Finanças Aboim